



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Um caminho para redução de inelegibilidades

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei complementar que pode beneficiar vários políticos na próxima eleição, ao alterar a contagem de início e prazo de duração de inelegibilidades. Trata-se de uma mudança na legislação eleitoral — Lei Complementar 64/90 e a Lei 9504/97 — que estabelece um limite para inelegibilidades a partir de condenações judiciais ou perdas de mandatos. Hoje em dia, a pena, na prática, vale enquanto durar o processo e mais oito anos depois, como cumprimento do período de inelegibilidade. A proposta é de que seja de oito anos a partir do fato que ensejou a penalidade. Um exemplo: o ex-governador José Roberto Arruda foi condenado em segunda instância em processo da Operação Caixa de Pandora em 2014. Desde então, ele está impedido de concorrer nas eleições devido à Lei da Ficha Limpa. Mas a pena sequer começou a ser computada, o que só ocorrerá a partir do trânsito em julgado da condenação. Mas o processo está pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Regime de urgência

O projeto de lei, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), recebeu relatório favorável do senador Weverton (PDT-MA) e segue para o plenário em regime de urgência. Caso o projeto seja sancionado de acordo com o texto aprovado na CCJ do Senado, as novas regras têm aplicação imediata, inclusive para condenações pré-existentes. "Tem casos que passaram 14 anos e não foram julgados. Ele está há 10, 12 ou 15 anos fora da disputa, e um dia, quando o tribunal transitar e julgar o processo, ele vai começar a cumprir uma pena de oito anos. Isso é inacreditável", justificou Weverton.



Paulo Valadares/Câmara dos Deputados

Os Cunha

Autora do projeto de lei complementar, a deputada Dani Cunha (União-RJ — foto) é filha do ex-deputado federal Eduardo Cunha. Por isso, alguns políticos apostam no dedo do ex-presidente da Câmara dos Deputados na questão.

Dúvida

O ex-governador José Roberto Arruda não trata a aprovação do projeto de lei complementar das inelegibilidades como uma vitória. "É preciso avaliar. Meus processos foram fatiados. Há que analisar caso a caso", desconfia.

Caminho mapeado

A deputada federal Bia Kicis, presidente do PL no Distrito Federal, mostrou, ontem, como o caminho do senador Izalci Lucas (PL-DF) é congestionado no partido. Ela deixou claro que pretende concorrer ao Senado, que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) pode disputar o mesmo cargo no DF e as duas vão tentar uma dobradinha para as duas vagas. Também garantiu que, hoje, o nome do bolsonarismo para o Palácio do Buriti em 2026 é a vice-governadora Celina Leão (PP).

Divulgação/Alexandre Amarante/PDT



Reciprocidade

Na reunião com o ex-ministro José Dirceu, os petistas conversaram sobre 2026 e o papel dos aliados na disputa. A senadora Leila Barros (PDT-DF), se quiser concorrer à reeleição, tem prioridade e receberá o apoio dos petistas. Ela tem sido leal ao presidente Lula no Congresso.

Guerra Tucana

O presidente do PSDB-DF, Sergio Izalci, está em guerra com o presidente nacional da legenda, Marconi Perillo, que determinou uma intervenção no diretório regional para destituí-lo do comando. Filho do senador Izalci Lucas, que trocou o PSDB pelo PL, Sergio gravou um vídeo em que criticou a decisão. Perillo pretende indicar o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, para a presidência do PSDB na estratégia de revitalizar a sigla, desgastada nos últimos anos.

À espera de uma proposta

Os policiais civis do Distrito Federal estão em estado permanente de assembleia até 30 de agosto. O prazo foi instaurado para que o Governo do Distrito Federal (GDF) apresente uma solução concreta para o pleito da simetria salarial com a Polícia Federal (PF). Caso não haja avanços, a categoria intensificará as ações. Uma nova assembleia está agendada para o dia três de setembro, desta vez em frente

Divulgação/Sinpol-DF



ao Palácio do Buriti, com indicativo de paralisação. Durante a assembleia, realizada nesta semana, o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), e o deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF), subirão no carro de som para manifestar apoio às demandas dos policiais civis.



Kayo Magalhães/CB/D.A. Press

Petista elogia unidade gerida pelo Iges

Líder do PT na Câmara Legislativa, o deputado distrital Chico Vigilante divulgou uma nota em que elogia a gestão do Iges-DF no Hospital Cidade do Sol, em Ceilândia, que começou a funcionar no auge da pandemia. "Acompanhado pelo presidente do Instituto, Juracy Lacerda, e pela dedicada equipe da unidade, tive a oportunidade de conhecer de perto a estrutura e o atendimento de alta qualidade oferecidos. Prova disso, são os pacientes que fizeram questão de expor como estão satisfeitos e bem cuidados", afirmou o petista. "Embora o contrato da unidade esteja prestes a vencer, os resultados positivos e o reconhecimento da população são provas incontestáveis da importância do Hospital Cidade do Sol para a comunidade.

Durante a visita, me comprometi a apoiar a continuidade do funcionamento da unidade e sugeri melhorias, como a instalação de uma guarita para os trabalhadores vigilantes", acrescentou. Chico Vigilante disse também que acredita no trabalho do Iges na unidade médica: "É fundamental que continuemos a valorizar e apoiar iniciativas que garantem atendimento de qualidade à nossa população. Com o compromisso do Iges, tenho certeza de que o Hospital do Sol continuará a ser um exemplo de excelência no cuidado à saúde", disse.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | BIA KICIS | DEPUTADA FEDERAL (PL-DF)

Ao *CB.Poder*, a parlamentar disse que pretende concorrer ao Senado nas próximas eleições, defendeu mais transparência e acesso igualitário às emendas, mas disse que apenas uma lei pode modificar o modelo atual de distribuição dos recursos

PL apoia Celina para o Buriti

» MARIANA SARAIVA

A deputada federal Bia Kicis (PL/DF) foi a entrevistada do *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. A entrevista foi conduzida pelas jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos. Durante a conversa, a parlamentar expressou seu descontentamento com a forma como a questão das emendas tem sido tratada pelos Três Poderes.

A Celina é um nome que representa o bolsonarismo nas eleições ao Palácio do Buriti?

A gente vai ver o que acontece, mas o apoio está sendo dado a ela, sim. Ela é uma pessoa de bom trato, eu trabalhei com ela na Câmara dos Deputados, é uma pessoa que é afável, é fácil lidar com ela, a gente gosta dela, somos amigas, mas vamos ver o que acontece. Na política, a gente não pode afirmar nada com muita certeza

Falando sobre eleições municipais, qual é a expectativa do PL? Existe uma polarização?

No momento, há uma guerra de narrativas e isso pode se estender até 2026. As eleições agora são cruciais, e o PL pretende conquistar muitas prefeituras e cadeiras de vereadores. Estamos trabalhando para

alcançar esses objetivos e apoiar candidatos em outros estados.

A senhora vai disputar o Senado?

A gente precisa colocar a nossa pretensão em cima da mesa, e eu tenho o apoio do meu partido para uma vaga no Senado. Se vai ser a primeira, a segunda pessoa, isso a gente vai ver, mas tem duas vagas.

A senhora acredita que daqui até 2026 o ex-presidente Jair Bolsonaro vai retomar a elegibilidade?

Eu acho que isso é possível. Se você me perguntar se é provável, eu não sei dizer, mas é possível. Porque as coisas estão mudando no Senado, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai mudar, nós teremos o Nunes Marques e o André Mendonça no TSE, na época das eleições. Tem

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Aponte a câmera para o QRCode e veja a entrevista na íntegra

muita gente que está enxergando a injustiça que foi feita com ele (Bolsonaro), o que está acontecendo na Venezuela, o que aconteceu com a oposição lá mostra o que eles fazem, na verdade, a estratégia da esquerda é tirar os adversários, impedir que eles concorram.

Como ficará a questão das emendas?

Houve uma reunião no Supremo Tribunal Federal para decidir essa questão, e eu acho que não deveria ser resolvida dessa forma.

Temos três poderes, cada um com suas atribuições constitucionais, e não deveria ser necessário realizar encontros para resolver essas questões. A solução deve estar baseada na lei e na Constituição. Na Câmara, já estávamos trabalhando para regulamentar e tornar a questão das emendas fixas mais transparentes. As emendas são importantes, pois permitem levar benefícios à população, como saúde e educação, além de atender a áreas como a agricultura familiar.

A senhora não concorda com a forma como as emendas estão sendo negociadas?

Não acho que a abordagem atual seja adequada, pois não sabemos o que está realmente acontecendo, quem será favorecido e quais são as trocas envolvidas. Queremos transparência e acesso igual para todos os deputados. A melhor forma de garantir isso é por meio de uma lei que deixe tudo claro. Sou contra esse tipo de encontro, que não considero republicano.

Toda vez que há uma decisão do Supremo, o Congresso tenta restringir o poder dos ministros com projetos. Há algum projeto em andamento?

Acredito que o Parlamento já deveria ter tomado uma atitude para recuperar sua autoridade. Atualmente, ele está desmoralizado. As pessoas questionam por que pagar 513 deputados e 81 senadores se o Supremo decide tudo. E eu concordo com essa crítica.

Sobre os atos antidemocráticos ocorridos em 2023, a senhora acredita que as pessoas envolvidas devem ser presas?

Sim, as pessoas devem ser processadas, julgadas e condenadas de acordo com a lei. Elas

não deveriam ser processadas no Supremo, pois não têm foro privilegiado. O processo deve ocorrer na primeira instância e a pena deve ser individualizada conforme o ato cometido. Sou contra a impunidade, mas também contra perseguições políticas e injustiças. Como aprendi na faculdade, é preferível soltar um culpado do que prender um inocente, mas hoje vemos o contrário.

Está programado um ato para o dia 7 de setembro? O país não corre risco de se inflamar com o pedido de impeachment do ministro do Supremo?

Se o país não se inflamar com os absurdos atuais, como a ditadura e a perseguição, espero que o pedido de impeachment avance. Não é fácil, pois o sistema se autoprotege. Rodrigo Pacheco já afirmou que as chances de impeachment são nulas, mas veremos. Políticos precisam do voto e devem satisfação ao povo, ao contrário dos ministros do Supremo. O ministro Barroso afirmou que o Supremo se tornou um tribunal político, em vez de técnico, e isso impacta a vida dos brasileiros.